

Revista Iberoamericana de Turismo



DESVENDANDO CAMINHOS DO TURISMO DE AVENTURA NO BRASIL¹

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil. Professora da Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

Elenildo Oliveira de Morais

Bacharel em Turismo pela Faculdade Natalense de Ensino e Cultura, Brasil.

E-mail: elenildomorais@hotmail.com

Resumo

O turismo de aventura fundamenta-se no lazer de natureza, na aventura e risco que turistas desejam experimentar exigindo cuidados especiais. Diferencia-se dos esportes radicais ou ecoesportes realizados por profissionais. Os esportes são praticados sob condições de risco calculado, incluem manobras arrojadas e controladas que propiciam fortes emoções, enquanto o turismo de aventura são atividades de entretenimento de leigos, sem caráter competitivo, como nos esportes radicais. Os autores analisam modalidades de turismo de aventura, exigências, normatizações, espaços apropriados e tecem considerações teóricas pautadas em dados de pesquisa de campo, em lugares prioritários do turismo de aventura no Brasil. Mostram como o Código de Práticas de Operadoras de Ecoturismo e/ou Turismo de Aventura relaciona aspectos que precisam ser respeitados, em proteção dos ecossistemas, o que é observado em países que reconhecem a conservação da natureza como condições básicas para o desenvolvimento do turismo de natureza.

Palavras-chave: Turismo. Aventura. Risco. Segurança.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, como atividade econômica dos tempos modernos, é fonte de empregos e receitas para empresas públicas e privadas. É atividade que utiliza espaços geográficos naturais ou produzidos. Nos últimos anos, este segmento de turismo – o de *aventura*, distinto de esporte por não envolver competição, passa a ser praticado em ambientes naturais, urbanos, em estruturas artificiais. Trata-se de passeio de emoções, às vezes, com riscos que precisam ser controlados, exige técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantia da segurança pessoal e de terceiros e respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

A motivação, "*adrenalina*" da viagem e aventura turística, implica risco previsível a que o praticante se expõe. Esse segmento desperta a atenção não só de turistas aventureiros, mas daquelas que estão interessados em investir no turismo, fazendo dele oportunidade de negócio. De acordo com o Ministério do Turismo, esse segmento de mercado compreende movimento de turistas em espaços naturais ou urbanos, e o atrativo principal é a prática de atividades de aventura de caráter recreativo, em espaço natural ou

¹ Este artigo é uma versão revisada e ampliada de trabalho apresentado no VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), realizado no período de 10 e 11 de setembro de 2009 na Universidade Anhembi Morumbi (UAM) em São Paulo.

rural, área protegida ou não e distingue-se dos esportes radicais ou eco-esporte, de profissionais. Segundo o Ministério dos Esportes (2005), os esportes são praticados sob condições de risco calculado, incluem manobras arrojadas e controladas de fortes emoções. Diferentemente dos esportes praticados por esportistas profissionais, as vivências do turismo de aventura incluem atividades adaptadas ao entretenimento de leigos, especialmente sem caráter competitivo, como nos radicais. Fundamenta-se em atividades de lazer com aventura, pressupondo a conservação ambiental dos espaços, naturais ou produzidos, propícios ao lazer que atrai turistas para viagem especial. Respeito às instituições promotoras, aos praticantes, ambientes ou geossistemas, na maioria de grande vulnerabilidade, litorais, montanhas, rios, cachoeiras dentre outros é parte das preocupações dos promotores. A movimentação dos fluxos turísticos é decorrente da prática de atividades de aventura de caráter recreativo afirma Bhruns (2000 p. 25). É a busca por emoções em lugares inóspitos que torna o segmento atraente e emocionante. Boullón (2000, p. 90) lembra que o turismo de aventura:

Está relacionado a viver a emoção de se interiorizar na natureza, mas, não fazê-lo como passageiro de um ônibus que circula por uma estrada asfaltada, e sim, caminhando, montando a cavalo, utilizando veículo 4x4 ou meios de transportes próprios da população local (caminhões, carros, barcos). Carregando suas próprias mochilas, por caminhos que às vezes passam por dentro de rios, ou, senão subindo montanhas, que exijam certo esforço, sem apresentar grandes dificuldades. Ações que causam emoção, participação, e envolvimento de grupos pequenos.

O turismo de aventura é praticado amplamente em altas montanhas, e, para o montanhismo é alta a montanha, com altitude superior a quatro mil metros. Relaciona-se a Ecoturismo, com especificidades e características mercadológicas próprias. Portanto, foi identificado como segmento distinto, embora relacionado a aquele. No ecoturismo, o turista curte a natureza de forma diferenciada, na busca de relação com a natureza, de interpretação ambiental, contemplação sem adrenalina. Hóspedes da natureza são turistas que, ao invés de ricos hotéis, buscam contato com ela, fogem do turismo de consumo e valorizam a natureza e as culturas das populações tradicionais. De acordo com Western (1993. p. 23), ecoturismo é uma “viagem responsável a áreas naturais, que preserva o meio ambiente e promove o bem estar da população local”. Satisfaz o desejo de estar em contato com a natureza, e de explorar o potencial natural atentando para a conservação ambiental e a não agressão. O interesse pelas atividades desperta a sensibilidade da opinião pública para os temas ambientais, exigindo atitudes responsáveis no uso das áreas naturais. Muitas vezes o ecoturismo acontece associado ao turismo de aventura, segmentos estão em ascensão. Com relação aos aspectos os impactos surgem com a alocação da infra-estrutura para o turismo, com o incorreto manejo dos resíduos gerados pela atividade, com cicatrizes nas paisagens. A necessidade de monitoramento de ambientes do patrimônio natural com estudos teóricos e técnicos para manutenção do equilíbrio ambiental. A franca expansão da atividade, algumas vezes de forma amadora, desavisada e inadequada, trás danos irreversíveis.

No tocante às normas do desenvolvimento do turismo de aventura, o Ministério do Turismo considera esse segmento turístico um dos prioritários para o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação em Turismo, pela necessidade de prevenir acidentes na realização da atividade. O tema é complexo e compreende atividades de risco, com incidência de perigos bastante diferentes. Assim, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) são instrumento de definição de políticas públicas e servem de

referência para certificação de empresas e organizações de serviços. O MTur patrocina financeiramente o desenvolvimento e a publicação das normas, mas não é de sua competência desenvolvê-las. A expectativa é que contribuam para prevenir acidentes e tornar o Brasil destino do turismo de aventura. No Brasil, a normatização garante segurança e qualidade do produto, em nível técnico e profissionalismo das empresas e dos profissionais, pelo uso adequado do controle de risco, fator motivador do turista. Segurança é garantida pelo profissionalismo dos que trabalham nesse segmento.

O Código de Práticas de Operadoras de Ecoturismo e/ou Turismo de Aventura relaciona aspectos que precisam ser respeitados, em proteção dos ecossistemas, o que é feito em países que reconhecem a conservação da natureza como condições básicas para o desenvolvimento do turismo de natureza. Assim, operadoras, prestadores de serviços atentam no compromisso com o fortalecimento de esforços de conservação e aumento da integridade natural dos locais visitados; na eficiência de recursos naturais (água, flora, fauna, energia); na garantia de que o descarte do lixo tenha impacto mínimo, ambiental e estético; no desenvolvimento de programas de reciclagem do lixo; no apoio a fornecedores que seguem a ética de conservação; apoio as políticas ambientais da região visitada; no trabalho em rede para trocas de informações a respeito de práticas e posturas de uso da natureza; divulgação de diretrizes para aumento da consciência ambiental dos consumidores; no apoio à educação e o treinamento ambiental para guias e administradores; capacitação de guias que respeitem ambientes e culturas locais; no consumo de produtos locais que beneficiem comunidade evitando o comércio de artefatos de espécies ameaçadas; na não perturbação da vida selvagem; em manter os veículos nas rotas indicadas; aceitar regras e normas de uso de áreas naturais; concordar com os padrões de segurança estabelecidos; assegurar verdade na publicidade; maximizar a qualidade da experiência para hóspede e anfitrião.

A Pacific Asia Travel Association (PATA) lançou o código de viagens ambientalmente responsáveis, “The Green Leaf”, recomendando aos envolvidos com o turismo de natureza e de aventura obediência aos princípios ambientais. Buckley e World (1997) citam: adoção de práticas necessárias à conservação do ambiente; contribuição para conservação de habitat de flora ou fauna e de lugar natural ou cultural que pode ser afetado pelo turismo; asseguramento de atitudes da comunidade, valores culturais, de costumes e crenças no planejamento de projetos turísticos; seguir convenções internacionais com o meio-ambiente; obediência à legislação ambiental nacional e local; reconhecimento de responsabilidade com os impactos ambientais de projetos turísticos com descobertas de mudanças de práticas indesejáveis; administração adequada do lixo, e uso de energia; estabelecimento de políticas e/ou diretrizes ambientais de setores da indústria de turismo. Ambientalistas exigem selo de serviços turísticos, o que requer definição de componente do serviço certificado: local, segmento turístico ou combinação de todos, regulamentação das atividades turísticas, por motivos éticos ou comerciais. A questão torna-se relevante no mercado, em que consumidores “verdes” levam em consideração o compromisso da operadora com a conservação do meio-ambiente, na aquisição de serviço turístico.

2 ESPORTES DE NATUREZA E FORMAS DE AVENTURA

O turismo de aventura é segmento consubstanciado no campo mais amplo do turismo. O forte crescimento do segmento está marcado de imprecisões no entendimento. É que, na venda de “pacotes” turísticos do segmento aventura, é encontrado viagens vendidas apenas para ecoturismo, sem especificar ser turismo de aventura. Trilhas conduzem a espaço de aventura e, muitas vezes, o turista não é advertido. Faz-se

necessário maior atenção aos conceitos, que dão respaldo à operação, rigor científico da atividade, evitando manipulações que levam o turista a sentir-se enganado. As atividades de turismo de aventura são, segundo o Mtur classificadas de acordo com o que se desenvolvem no ar, na água e no mar.

As atividades de turismo de aventura mais praticadas no Brasil, segundo a ABETA são: ARVORISMO - locomoção por percursos em altura; em árvores ou estruturas de diferentes níveis de dificuldade. Com equipamentos de segurança específicos, a atividade oferece possibilidade de percorrer circuito de habilidades em altura e integração com o meio ambiente em locais até então inatingíveis. Permite apreciação da fauna, flora e paisagem. Não há regulamentação. Encontram-se 110 locais de oferta de arvorismo no Brasil. Há empresas altamente profissionalizadas, com padrões de atendimento e segurança estabelecidos e consolidados e grande número de ofertantes ou de empresas que literalmente se arvoram nesse mercado. BUNGEE JUMP - salto de lugares altos, pontes, viadutos, helicópteros, guindastes, balões de ar quente ou plataformas metálicas, com corda elástica presa aos pés. CAMINHADA DE LONGO CURSO – percursos a pé, em ambientes naturais, com pouca infraestrutura, com diferentes graus de dificuldade, também chamadas de *hiking (curtas)* e *trekking (longas)*. O objetivo é superação de limites ou contemplação. Leva-se mochila às costas, com o seu equipamento, geralmente, com a própria comida. A caminhada conduz os praticantes a locais desprovidos de vias de acesso, com belezas naturais e alguma dificuldade, pela topografia e obstáculos. Para chegar a esses ambientes, há que o praticante renunciar a certos confortos urbanos e enfrentar condições climáticas, muitas vezes, adversas. É necessário conhecimento de orientação e navegação (bússolas e/ou mapas, GPS), planejamento de caminhada, na adequação de horário de chegada a determinados pontos e controle de quilômetros percorridos diariamente. CANIONISMO (E CACHOEIRISMO) - descida de cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais, podendo ser curso d'água intermitente. Na descida, o praticante transpõe cachoeiras, saltos, tobogãs e obstáculos naturais com diversas técnicas de exploração, rapel, flutuação, mergulho e saltos. É preciso bom condicionamento físico, haja vista a dificuldade e esforço necessário. É uma atividade de alto custo, o que limita a demanda. O canionismo consiste em seguir o percurso traçado em curso d'água, do início ao final, incluindo ou não descidas de cachoeiras. O cachoeirismo é apenas a descida de cascatas ou cachoeiras, sem percurso extenso. A distinção implica diferenças de equipamentos, habilidades e tempo de prática. CAVALGADA consiste em trajetos, passeios ou enduros a cavalo: marcha, que é a forma de menor impacto; galope, e uma caminhada lenta, em mata fechada. Há cavalgadas noturnas, ecológicas, de curta e longa durações, que incluem paradas para alimentação ou apreciação das belezas naturais. Predomina o amadorismo, apesar de existirem prestadores de serviços profissionais, sobretudo haras rurais e urbanos. Os ofertantes têm a atividade, muitas vezes, como de responsabilidade do cavaleiro, sem o devido monitoramento das condições de segurança. Daí acidentes que podem ser fatais ou com danos irreversíveis, nas grandes quedas. CICLOTURISMO atividade de turismo que tem como elemento principal os percursos de bicicleta. ESCALADA atividade de pratica individual ou em grupo: escalada de bloco (ou *boulder*) e de falésia (ou via), em ambientes naturais ou artificiais (paredes e muros especialmente equipados) livre quando somente com apoio natural (agarras e cristais) de rocha ou artificial, quando se utilizam equipamentos como apoio à progressão na via. ESPELEOTURISMO tem como elemento principal a atividades em caverna. Também denominado *caving* ou cavernismo, atinge lugares desconhecidos ou de difícil acesso. O turista é treinado com técnicas verticais e de mergulho em alguns casos. Equipamentos e iluminação especiais distinguem a atividade de outras em cavernas.

OBSERVAÇÃO DA VIDA SELVAGEM observação de área natural, ou especificamente algum elemento: aves e mamíferos. A consciência ecológica com conseqüente preservação de áreas naturais, propicia o crescimento da atividade subdividida em observação de aves (*birdwatching ou birding*); observação de baleias e golfinhos (*whale watching*); observação de paisagens (*landscape watching*) e safari fotográfico. **RAPEL** técnica de descida em corda com equipamentos específicos, em cachoeiras, prédios, paredões, abismos, penhascos, pontes e declives, com a utilização de cadeirinhas de alpinismo, cordas, mosquetões, freios e, às vezes, roldanas. **TIROLESA** cabo aéreo tenso que liga dois pontos afastados na horizontal ou diagonal, em que o cliente desliza entre um ponto e outro. É um deslocamento rápido, com o auxílio obrigatório de roldanas, mosquetões e cadeirinha de alpinismo. A velocidade depende do peso do praticante e da tensão e inclinação do cabo. **TURISMO FORA-DE-ESTRADA COM BUGUES** Os bugues são veículos idealizados para o lazer em praias e dunas, em passeios curtos ou longos. Geralmente, motoristas profissionais, de associações, conduzem passageiros, há os que não são profissionais e, às vezes, sem credenciamentos, fazendo-o de forma irresponsável. As secretarias de turismo de todo o País têm se esforçado no controle de prestadores de serviços, preocupadas com a imagem negativa de acidentes, com leis específicas. **TURISMO FORA-DE-ESTRADA COM VEÍCULOS 4X4** abrange atividades cujo elemento central são percursos em vias não-convencionais, em veículos automotores, até mesmo em vias convencionais. **BALONISMO** atividade aérea em balão de material antiinflamável, aquecido com gás propano, dependente de piloto. A altura de voo é de 330m, podendo chegar até 16 mil metros. O controle da descida e subida é do balonista (piloto), que controla local de decolagem e pouso com utilização dos ventos. **PÁRA-QUEDISMO (SALTO DUPLO)** o salto duplo (duas pessoas, uma o instrutor, com mais de 1.000 saltos no currículo) de elevadas alturas (avião, helicóptero ou similar) bolsa nas costas com pára-quedas de lona muito leve para aumentar a superfície de contato e diminuir a velocidade da queda livre. **VÔO LIVRE (ASA DELTA E PARAPENTE)** prática em asa delta ou parapente, codificada pela Federação Aeronáutica Internacional (FAI) tem estrutura rígida, manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto, ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida, cabos e outros dispositivos (parapente). **BÓIA-CROSS** descida de rios em um minibote inflável, a pessoa senta-se de costas ou apoia-se de bruços, com a cabeça na extremidade frontal da bóia, os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. Daí o nome *bóia-cross*. É também conhecida como *acqua-ride, cavalgar na água*. **CANOAGEM** atividade em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rio, lago, águas calmas ou agitadas. A canoagem em águas calmas não exige conhecimento prévio, é desfrutável sem treinamento. Para a canoagem em águas brancas, é altamente recomendável bom preparo. No geral, as empresas de capacitação adotam treinamento introdutório e explicações para segurança dos praticantes. **FLUTUAÇÃO** mergulho superficial em rios de águas calmas e claras, em que se tem contato direto com a natureza, pela observação de rochas, animais e plantas aquáticas. Flutuando com braços abertos, em posição de crucifixo, a pessoa é levada naturalmente pela correnteza e observa a vida através das águas com auxílio de máscaras. **MERGULHO** utiliza-se equipamento de respiração autônomo, com objetivos contemplativos e de desenvolvimento pessoal. Ocorre a submersão em águas oceânicas ou interiores (cavernas, lagos, rios etc.) com ou sem aparelho de auxílio. Para o Turismo de Aventura os mergulhos têm fins recreacionais ou contemplativos: com apnéia (suspensão temporária da respiração) e o autônomo (com o auxílio de equipamentos que permitem respiração submersa). **RAFTING** descida de rios de corredeiras, em botes infláveis, em trechos com obstáculos, que o grupo tenta contornar ou superar. Os praticantes, usualmente entre seis e oito, remam liderados por um condutor.

Todos se unem, com o objetivo de superar os obstáculos naturais do percurso, pedras, corredeiras e quedas d'água. *WINDSURFE* em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do *surfe* e da vela. Alia o movimento do corpo à força dos ventos para a propulsão da prancha a vela, em represas, lagos, baías, mares e até em piscinas.

3 RISCOS E CONDIÇÕES PARA AVENTURA SEGURA

A oferta do turismo de aventura, muitas vezes faz indagações “passeio com emoção ou sem emoção”, o que significa dizer: lazer com risco ou sem risco? Com ou sem adrenalina? Sensações associadas ao risco constituem característica fundamental da aventura; negá-lo, na atual configuração, é ignorar que suor, arranhões e diamantes convivem com o segmento. Ouvem-se também expressões: férias seguras, férias sem risco, que remete à preocupação com traumas de passeios turísticos que resultaram em mortes de turistas, a cavalo, em carro, de outras formas, pela displicência de empresas que oferecem turismo de aventura, e dos próprios turistas. Os fatos despertam a necessidade de maior atenção dos turistas, e de empresas para maior cuidado, competência e profissionalismo e dos governos na definição de normas reguladoras visando à segurança. Entender de quem é a responsabilidade pelos danos, quando se tem o risco como forma de lazer, e sua busca pelo prazer da adrenalina faz-se necessário. Segundo Spink M. Jane et al (2004, p. 81) risco-aventura remete às modalidades de aventura e a usos das antigas modalidades de jogos de vertigens. Mostra o deslocamento moderno do risco para aventura como dimensão positiva da gestão dos riscos.

A definição mais abrangente de risco aventura refere-se a risco radicalismo ou aventura, atividade que traz desafios aos limites físicos ou de habilidades, que se caracteriza como *fateful actives*, eventos simultanea e conseqüentemente problemáticos pelo grau de incerteza dos resultados que geram. A prática de seguros aplicada a atividade do turismo de Aventura, no Brasil, é um processo recente que resulta da instituição de procedimentos visando á crescente racionalidade da fiscalização do controle de operadoras privadas. No conjunto das atividades em que o risco é parte integrante de serviço prestado, o gerenciamento de riscos é problema no que concerne à partilha de responsabilidades pela segurança. Segundo norma ABNT NBR 15331, de 2005, o turismo de aventura requer um Sistema de Gestão da Segurança, já que “risco” é a combinação da probabilidade de ocorrência de determinado evento e da(s) sua(s) conseqüência(s), ou seja, combinação da probabilidade de o fato ocorrer, somado ao efeito provocado.

Do ponto de vista das operadoras de turismo a segurança é garantida pela obediência às normas de funcionamento, nos termos de adesão ao Mtur, e por meio do termo de responsabilidade do usuário. A garantia de segurança repousa nas informações sobre a experiência e treinamento da equipe de monitores, na qualidade dos serviços e na proteção da vida. As atividades de aventura têm o risco aumentado ou diminuído, dependendo dos participantes. É responsabilidade de cada indivíduo evitar desnecessariamente aumentar pequenos riscos para si mesmo e para os outros. Em muitas circunstâncias, quem incorre nesse erro acrescenta problemas de sobrevivência ao restante do grupo. (FOSTER, 1991, p. 123). Elemento fundamental do termo de responsabilidade é a relação de boa fé entre quem oferece o serviço ou produto e quem o compra. A boa fé requer que quem oferece explicitamente os riscos e, quem compra declare que tem conhecimento disso e isente o outro de qualquer responsabilidade.

O Turismo de Aventura está intrinsecamente ligado à busca mais intensiva pela profissionalização. Do ponto de vista político, conquista espaço e firma-se como segmento

econômico, mas precisa consolidar a regulamentação/padronização, capacitação, certificação e fiscalização. Gestão da Segurança, nos últimos anos, é preocupação real de Operadores de Turismo de Aventura, no Brasil. O processo de melhores práticas tem se destacado com normas técnicas específicas de atividades de aventura, base para o processo de certificação de empresas e de condutores. A certificação conta com respaldo de crédito do INMETRO. O Mtur criou o Programa Aventura Segura, com a participação do SEBRAE Nacional e tem como foco ações de fortalecimento, qualificação e certificação em 15 destinos brasileiros. A previsão do Mtur é de que 225 empresas nacionais e aproximadamente 1,5 mil profissionais sejam avaliados para a certificação, até o final de 2009. Trata-se de ação inovadora que engloba cursos estratégicos de qualificação presenciais e a distância, assistência técnica e consultoria às empresas e profissionais.

Para organizar o segmento turístico, fortalecer as empresas e controlar os acidentes, em 2004, em São Paulo, empreendedores de turismo de aventura, com presença especial do Ceará, estado com maior número de associados do segmento, inicialmente fundaram a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), sem o “Ecoturismo” incluído em 2007, em nome da associação, entidade privada sem fins lucrativos que congrega agências de viagem, operadoras de turismo de aventura, receptivos, empresas de instrução e treinamento, empreendimentos que comercializam atividades pertinentes. As normas técnicas da ABNT estão franqueadas e disponíveis no site <http://www.abtnet.com.br/mtur>, fruto de convênio entre o Mtur e a entidade.

4 OS LUGARES BRASILEIROS PRIORITÁRIOS AO TURISMO DE AVENTURA

Grande parte de atrativos turísticos encontra-se em regiões naturais, fazendas, unidades de conservação, em lugares urbanizados também. Variam segundo especialização, infraestrutura e grau de profissionalização da oferta e exigência dos turistas. O controle das atividades, na minimização dos impactos ambientais, em alguns casos, deixa o turista frustrado. Os Centros de Aventura são variação de atrativos turísticos organizados, concebidos muitas vezes por prestadores de serviços que desejam oferecer aos clientes ambiente de múltiplas práticas, com limites físicos. A formatação garante a segurança de famílias, por exemplo, pois não há riscos de pessoas se perderem umas das outras. Além disso, existe infraestrutura de apoio ao turista, permitindo-lhe liberdade para as atividades, descanso e alimentação. Os lugares eleitos pelo MTur como prioritários (podem e devem ser ampliados) para investimentos em capacitação e promoção para o Turismo de Aventura no Brasil, foram : Serras Gaúchas, Foz do Iguaçu, Grande Florianópolis, Petar Brotas, Rio de Janeiro, Metropolitana, Serra Verde Imperial, Serra do Cipó, Chapada Diamantina, Recife Metropolitan e Agreste, Fortaleza Metropolitana, Lençóis Maranhenses, Manaus, Chapada dos Veadeiros, Bonito e Serra da Bodoquena.

4.1 Necessidade de políticas de apoio e de capacitação para o segmento

A ABETA é entidade sem fins lucrativos cuja proposta é promover o profissionalismo, melhor segurança e qualidade entre associados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Aventura, em parceria com diferentes atores da sociedade, poder público e terceiro setor, para incentivar, de forma ética, a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, assim como a prosperidade econômica dos associados, colaboradores e destinos turísticos. Em dezembro de 2005, a ABETA firmou convênio com o Mtur para Projeto de Fortalecimento e Qualificação do Segmento de

Turismo de Aventura, que tem como objetivo o fortalecimento, qualificação e estruturação do segmento, com ações de qualidade, sustentabilidade e segurança. Busca o fortalecimento e articulação de organizações representativas; elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do segmento de aventura com qualidade, sustentabilidade e segurança; treinamento profissional de condutores e empresas; disseminação de conhecimento técnico à gestão empresarial e a operação responsável e segura do Turismo de Aventura e organização, qualificação e estruturação de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento.

O Sebrae Nacional, no aumento da competitividade e desenvolvimento sustentável das micros e pequenas empresas prestadoras de serviços turísticos, no Brasil, em consonância com as diretrizes do Ministério do Turismo - Mtur prioriza o Turismo de Aventura na sustentação econômica, cultural, social e ambiental dos destinos turísticos. Assim, o Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura – Programa Aventura Segura, iniciativa do Ministério do Turismo em parceria com o SEBRAE Nacional, executa-se em convênio com a ABETA. O Programa Aventura Segura é a soma de ações de fortalecimento institucional, geração e disseminação de conhecimento, qualificação de pessoas e empresas, subsídio à certificação de condutores e empresas, e formação de grupos voluntários de busca e salvamento.

UNVEILING THE ROADS OF ADVENTURE TOURISM IN BRAZIL

Abstract

The adventure tourism is based on environmental leisure or nature leisure involving adventure and risks, what requires some special precautions. It is different of extreme sports or eco-sport, practiced by professionals. Sports are practiced under calculated risk conditions, it includes controlled and dared maneuvers causing intense emotions to those who do it, while adventure tourism are adapted activities to the entertainment of laics and, specially, there is no competitive focus, like extreme sports. The text presents some different adventure tourism modalities, its requirements, norms, adequate spaces and shows some theoretical considerations concluded from data collected in field works in some important centers of Adventure Tourism in Brazil.

Keywords: *Tourism. Adventure. Risk. Safety.*

REFERÊNCIAS

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Disponível em: <http://www.abeta.com.br>. Acesso em: 14 de out. de 2008.

AVENTURA SEGURA. Disponível em: <http://www.aventurasegura.org.br>. Acesso em: 22 de jun. de 2008.

BASTART, J.; NAVARRO, X. **Guia de los deportes de aventura**. Barcelona: Libros Cúpula, 2000.

BOULLON, Roberto. **Ecoturismo: Sistemas Naturales y Urbanos**. Buenos Aires, Argentina: Liberías y Distribuidora Turísticas, 2000.

BRUHNS, H. T. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, C. M. T. **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000.

_____. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Viagens à natureza: turismo cultura e meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

BUCKLEY, R. Ecotourism in Australia. In: WORLD Ecotour Congresso e Exposição. 1997.

COSTA, A. V. **Programa de Atividades Físicas de Aventura na Natureza**. 2002. IV Adventure Sport Fair, São Paulo, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. Turismo, estruturação e legislação básica. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2004.

FUSTER, L. F. **Introducción a la teoría y técnica del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

GARCIA, James. Off-roader para iniciantes: começando bem (trilhas Raids e indoors). **Revista 4x4&Cia**, São Paulo: ano 5,n.43, fevereiro,1997.

_____. Bom senso: o segredo do bom of-roader. **Revista 4x4 & Cia**, São Paulo, ano 7, n. 75, outubro 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil. Brasília: VB Marketing e Negócios Ltda, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO – Dados e Fatos. Disponível em: http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/home/. Acesso em: 23 de jun. de 2008.

PROJETO de Normalização em Turismo de Aventura. Disponível em: <http://www.turismodeaventura.org.br>. Acesso em: 21 de jun. de 2008.

SPINK Mary Jane et al. Onde está o risco: os seguros no contexto do turismo de aventura. In: **Psicologia e Sociedade**, São Paulo: PUCSP, 2004.

WESTERN, D. Definindo o ecoturismo. In: LINDEBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1993.

WWF. Brasil lança documento sobre certificação em turismo. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informa/noticias.asp?action+detail&item=102>. Acesso em: 21 out. 2011.

Artigo recebido em 10/10/2011. Aceito para publicação 14/11/2011.